

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE E PARA SURDOS

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins¹

Resumo em Libras



<https://www.youtube.com/watch?v=2BrBoM1fOTs>

Resumo

A inclusão de Surdos é um grande desafio para professores e para todo o sistema educacional, uma vez que é um processo de ensinar e aprender o qual envolve algumas especificidades que devem ser apreendidas durante a formação docente. O presente artigo busca refletir sobre a formação docente para e na educação de Surdos. Para isso apresenta ao leitor uma experiência de um curso extensionista de formação continuada que aborda questões às quais atravessam a educação de Surdos como metodologias, práticas, avaliações e currículo. Durante a formação foi possível identificar algumas lacunas existentes no percurso formativo dos cursistas, assim como seus anseios, sonhos e perspectivas pós-formação. Mesmo passando 20 anos da aprovação da Lei de Libras é necessário (re)pensar a formação docente e romper com algumas amarras que dificultam o desabrochar de uma educação de qualidade.

Palavras-Chave:

Formação Docente; Inclusão de Surdos; Libras, Educação de Surdos

Recebido em: 29/07/2022
Aprovado em: 03/08/2022

¹ Tradutor Intérprete de Libras / Língua Portuguesa da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gptcm84@gmail.com

UNIVERSITY EXTENSION AS A POSSIBILITY OF TEACHING TRAINING: AN EXPERIENCE IN EDUCATION OF AND FOR THE DEAF

Abstract

The inclusion of the Deaf is a great challenge for teachers and for the entire educational system, since it is a process of teaching and learning that involves some specificities that must be learned during teacher training. The present article seeks to reflect on teacher training for and in Deaf education. To this end, it presents the reader with an experience of a continuing education extension course that addresses issues that cross Deaf education, such as: methodologies, practices, assessments and curriculum. During the training it was possible to identify some gaps in the course participants' training, as well as their wishes, dreams and perspectives after the training. Even 20 years after the approval of the Libras Law, it is necessary to (re)think about teacher training and break with some ties that hinder the blossoming of a quality education.

Key-words:

Teacher Formation; Inclusion of the Deaf; Libras, Deaf Education.

Introdução

A inclusão de Surdos na educação básica é um grande desafio não só para o docente, mas para todo o sistema educacional, pois estamos dentro de um contexto em que línguas diferentes ocupam o mesmo espaço, mas com *status* totalmente opostos. A língua portuguesa é a língua majoritária de todo o processo e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ocupa um papel secundário, marginalizado, invisibilizado dentro dessas instituições.

A escola comum² é uma escola para todos, uma escola que deve acolher esse “todos” sem distinção de classe, religião, etnia, gênero, etc. Deve ser uma escola que busca garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos. Uma escola que está em consonância com os preceitos dispostos na Declaração de Salamanca (1994) e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Mas, será que a formação docente, ofertada atualmente, é capaz de abarcar o “todos” que compõe o mosaico inclusivo da educação? Será que os currículos das licenciaturas estão em consonância com a pluralidade de alunos que fazem parte do sistema educacional? Há uma preocupação em formar para a diversidade?

Dentro dessa multiplicidade de alunos que integram a escola, as crianças surdas são uma parte desse “todos”. E como é ensinar em uma sala em que Surdos e ouvintes convivem no mesmo momento? Qual a formação docente para se conseguir ministrar uma aula para discentes que enxergam, compreendem, interagem e vivenciam o mundo de maneiras, completamente, diferentes e com línguas diferentes? Há alguma distância entre formação e chão da escola ou não? São essas algumas das reflexões disparadoras de nossas discussões.

O referido texto está dividido em quatro partes. Essa pequena introdução, um segundo item que trata da formação de professores de Surdos, no qual apresentaremos algumas questões referentes ao percurso formativo de docentes. O terceiro, intitulado “O curso”, está dividido em duas partes. A primeira traz algumas informações e reflexões sobre pontos que antecederam o seu início e a

² “Escola comum” consiste da escola laica, gratuita e para todos. Apesar de, por vezes, os termos escola comum e escola regular serem usados indistintamente, optamos por não utilizar o termo escola regular. O termo escola regular carrega o conceito de que a escola especial ou escola exclusiva para surdos seria uma escola irregular [...]” (ALBRES, 2015)

segunda parte traz aspectos que foram apresentados durante os encontros presenciais. O quarto item traz algumas considerações sobre minhas impressões. O referido artigo tem por objetivo apresentar o desenrolar de um curso de formação de professores para atuar na educação de e para Surdos.

Formação de professores de surdos

Pensar a formação de professores de Surdos é buscar entender e compreender toda a complexidade que se apresenta desde a educação básica até o recebimento do diploma de licenciado, isto é, o percurso formativo do profissional. Essa complexidade se deve ao fato de, na maioria das vezes, os espaços de saberes negligenciarem as discussões relacionadas à surdez (área do conhecimento) e aos processos de ensino e aprendizagem que envolvem alunos Surdos nas escolas comuns de educação básica e no ensino superior.

Pensar a formação docente nos faz pensar em Paulo Freire. Pensar o educando em suas subjetividades e em seus meios. Pensar o conto e o contexto que devemos abordar na educação. Pensar o que realmente tem relevância e significado para esse alunado. Trabalhar os conhecimentos do currículo formal, a partir de sua realidade? Uma realidade muitas vezes vulnerável, fluida, cheia de meandros e correntes que trazem as turbulências vivenciadas extramuros para a sala de aula. Devemos refletir sobre qual sujeito queremos formar: um ativo, reflexivo e crítico ou um passivo adestrado e disciplinado? (MARTINS; XAVIER, 2017, p. 135/136)

A formação de professores para atuar na educação de e para Surdos requer uma sensibilidade capaz de detectar a realidade desse aluno para que se possam conduzir os conteúdos escolares de maneira a significá-los para a criança. Conteúdo e realidade são instituições que devem estar concomitantes no planejamento dos docentes de Surdos.

Segundo Martins e Xavier (2017, p. 136):

Em relação à educação de Surdos percebemos que esses sujeitos vivem num limbo. Limbo fronteiro, em que se encontram e divergem a língua, a identidade, a política e a cultura, cujos limites são móveis e as relações são sólidas. Essa solidez das relações se apresenta com a imposição de um determinado modelo a ser seguido, o modelo ouvinte. A representação ouvinte se faz presente em todos os labirintos que cercam a educação de Surdos. Ora impondo um modelo ideal, ora apresentando a cura. (MARTINS; XAVIER, 2017, p. 136).

As nuances que atravessam a educação de Surdos são muitas. A maioria de nossas escolas são inclusivas, ou seja, elas não são pensadas por e para Surdos. A língua majoritária desse processo educacional é a língua portuguesa e não a Libras e isso impacta, fortemente, em todo o processo de aprendizagem do aluno, uma vez que, o português é a sua segunda língua. Há uma grande demanda por profissionais da área da surdez (professores ouvintes e Surdos bilíngues, tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, Instrutores Surdos dentre outros) que não é suprida. As metodologias, práticas e avaliações não condizem com as particularidades linguísticas, culturais e identitárias dos discentes Surdos e os currículos são engessados, rígidos e fixos.

A partir da promulgação da Lei 10.436, de 22 de abril de 2002 e de sua regulamentação com a publicação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de Libras nos cursos de formação de professores passou a ser obrigatória. O que nos chama a atenção é que em nenhum momento foi direcionado o que ensinar, como ensinar, com quantas horas ou créditos deverá ter essa disciplina, qual ou quais as ementas e programas. Nada. Literalmente nada. Cada instituição, à sua maneira, organizou a disciplina de Libras para os cursos de formação de professores. Com isso, há uma diversidade de ementas e programas que buscam, de alguma forma, cumprir o que a lei exige.

Minha preocupação com a organização deste curso foi suprir a carência dos professores que já atuam na educação e de futuros docentes de conhecimentos relacionados a como ensinar aos alunos surdos, pois acredito que, sendo muito otimista, em 60 horas aula é impossível ter o básico do conhecimento para se educar uma criança surda em uma escola pensada por e para ouvintes em toda a sua organização (MARTINS e XAVIER, 2017).

Para que se pense em educação eficiente e eficaz do aluno surdo há de se refletir sobre as estratégias metodológicas, as práticas pedagógicas, o ensino de línguas, a avaliação e a formação docente que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem das crianças surdas. Esses são alguns dos nortearam a organização deste curso de extensão.

O CURSO

Questões que antecederam as aulas

Entre os meses de junho e agosto de 2022 ofereci um curso de extensão universitária que tratava sobre as temáticas que envolvem a educação de Surdos, tais como metodologias de ensino, práticas de ensino, currículo, avaliação, ensino de línguas, profissionais envolvidos dentre tantos outros assuntos que foram aparecendo à medida que o curso ia transcorrendo. O curso intitulado “Tenho um aluno Surdo, e agora?” foi inspirado em um livro homônimo organizado pelas professoras doutoras Cristina Broglia Lacerda e Lara Ferreira dos Santos, publicado pela editora EDUFSCAR, no ano de 2013. O livro reúne uma série de artigos que contemplam inúmeras questões que atravessam a educação de Surdos e que julgo importante no processo de formação de futuros docentes e de formação continuada de professores. O objetivo do curso foi oferecer uma formação, básica e/ou continuada, que contemplasse situações que ocorrem no processo de escolarização das crianças surdas.

Foi disponibilizado um formulário eletrônico para que os interessados pudessem se inscrever. Nesse documento, foram solicitadas algumas informações, como a área de atuação e formação, o porquê estarem se inscrevendo no curso e o que esperavam encontrar durante as aulas. Em pouco menos de 24 horas, após a liberação do link desse formulário, já havia se inscrito, aproximadamente, 60 interessados. Por questões de biossegurança, o curso só pode ser realizado com, no máximo, 30 participantes e, assim, decidi que os primeiros seriam selecionados para participarem da formação. Até a data de início do curso recebi mensagens por aplicativo de comunicação e por e-mail de pessoas interessadas nessa formação. Isso aponta, para mim, uma necessidade de formação na área da surdez que não está sendo oferecida nos cursos de licenciaturas e nas formações continuadas.

A tabela abaixo apresenta uma relação entre quantidade de selecionados e área de formação:

Tabela 01. Área de formação dos cursistas selecionados

Área de Formação	Quantidade de Selecionados
Ciências Biológicas	1
Educação	1
Enfermagem	2
Filosofia	1

História	2
Letras	1
Letras Libras	10
Pedagogia	9
Mestrado IF (Instituto Federal)	1
Curso Técnico IF (Instituto Federal)	1
Professor(a) IF (Instituto Federal)	1
Total de Selecionados	30

Fonte: Arquivo Pessoal

Na tabela acima, percebemos um número maior de participantes oriundos dos cursos de licenciatura em Letras Libras e de Pedagogia, o que me faz acreditar que existem lacunas a serem preenchidas nos processos formativos desses cursistas. Questiono-me sobre quais as possibilidades de formação são ofertadas nessas graduações? Será que os pontos destacados na ementa deste curso de extensão³ não são abordados durante a formação desses discentes? A educação de Surdos não é abordada como modalidade de ensino? Faz-se mister lembrar que este curso foi oferecido em uma perspectiva de formação extensionista, ou seja, graduados e graduandos poderiam se inscrever. Outro ponto que gostaria de destacar é a diversidade de áreas de formação, o que traz para as discussões e reflexões uma riqueza de pontos de vista que só as atividades interdisciplinares podem oferecer.

Outra questão que têm muito a nos dizer é em relação à quantidade de inscritos surdos e ouvintes. Dentre todos os inscritos, aproximadamente 60 pessoas, somente 1 Surdo preencheu o formulário de inscrição. E por uma questão de logística, ele não pôde participar desta formação, pois ela aconteceu de forma presencial na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora⁴. Assim, os 30 selecionados são ouvintes. Diante disso me questiono: estarão mesmo, os Surdos, preocupados com as questões que foram abordadas

³ A ementa do curso contou com os seguintes tópicos: Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos; Metodologia de Ensino para crianças Surdas; Práticas de Ensino para crianças Surdas; Pedagogia Visual; Avaliação de crianças Surdas; Currículo e Formação docente para atuar com crianças Surdas.

⁴ Recebi inscrições de participantes de 6 estados diferentes (Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Amazonas e Minas Gerais), pois muitos acreditavam que o curso aconteceria de forma virtual.

no curso (metodologias, práticas, currículo, avaliação, etc.)? Será que somente o domínio da língua é suficiente para atuar na educação inclusiva? Por que os ouvintes estão tão interessados na educação de Surdos? Por que tantos ouvintes se inscrevem em um curso de extensão sobre educação de Surdos e o mesmo não acontece com os Surdos? A única certeza que tenho em relação a esses questionamentos é que se houvesse Surdos inscritos/selecionados, o curso seria ministrado em Libras, ou seja, não haveria nenhuma barreira linguística.

A última questão a ser respondida no formulário de inscrição é em relação ao motivo de buscar essa formação e quais as expectativas em relação ao curso. Isso nos ajuda a responder um dos questionamentos acima sobre o porquê de tantos ouvintes inscritos. Por uma questão de espaço e de não tornar o texto cansativo selecionei algumas respostas e destacarei a partir de agora:

Estou cursando a disciplina de Libras e educação para Surdos na licenciatura de filosofia e percebi a importância de se ter um preparo para atender a demanda dos alunos Surdos. O curso é de meu interesse acadêmico por se tratar de um assunto que fará parte do meu contexto profissional, por isso vejo a participação neste como indispensável (Inscrito nº 30);

Para este candidato, a disciplina de “Libras e Educação de Surdos”, ofertada pelo departamento de Letras Libras da Faculdade de Letras da UFJF, foi um gatilho para que esse graduando pudesse buscar mais informações acerca da educação de Surdos. Interessante notar que os graduandos começam a se atentar para a diversidade que comporá sua futura sala de aula e que será parte de sua trajetória docente.

Sou especialista em Educação de PcD-DV. Quero aprofundar estudos em Educação PcD-Deficiência Auditiva (Inscrito nº 22);

A ideia de organizar essa formação é poder trazer para os cursistas o que de mais novo tem se discutido na academia e as atualizações legais referentes à surdez (área do conhecimento).

O que me motivou a participar do curso é que hoje em dia uma das principais discussões tem sido a inclusão de pessoas surdas na sociedade e, na minha opinião, a educação é um dos principais instrumentos para tornar essa realidade possível. Referindo-se às minhas expectativas, confesso que estou muito entusiasmada para expandir meus conhecimentos sobre as inúmeras temáticas que o curso irá abordar e, principalmente, o curso irá contribuir grandemente para minha formação enquanto futura educadora, já que há uma

necessidade de promover práticas educativas de/para Surdos que contemple a inclusão social, os direitos humanos e a cidadania (Inscrito nº18);

As discussões acerca da inclusão das pessoas surdas ou dos Surdos vêm se potencializando nas últimas duas décadas, desde a aprovação da Lei nº 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras (BRASIL, 2002) e de sua regulamentação a partir da publicação do Decreto nº 5.626 de 2005 (BRASIL, 2005). O movimento Surdo desde o final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado vem se organizando e buscando garantir inúmeros direitos que são postos em diferentes legislações (BRASIL, 2000; BRASIL, 1988; BRASIL, 1996). Dessa forma, tais discussões perpassam umas quatro décadas.

43

Já faço o curso de libras quero me aperfeiçoar (Inscrito nº 17);

Uma questão aqui é a(s) lacuna(s) deixada(s) pelos cursos livres de Libras. A maior parte das formações existentes em nosso País buscam ensinar somente a língua e não se preocupam com questões que atravessam a surdez, como as educacionais. Em um levantamento realizado, recentemente, maio de 2020, entrevistei 62 pessoas que estavam, regularmente, matriculadas em cursos de Libras no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Dessas, 49 são profissionais da área da educação, ou seja, além do aprendizado da Libras vão em busca de orientação e formação sobre a educação de Surdos. Esta seria uma questão que, na minha opinião, os cursos livres deveriam rever.

O que me motivou é ser professora e querer conhecer um pouco mais sobre as pessoas surdas e poder incluir elas (sic) no nosso cotidiano escolar. (Inscrito nº 10);

Tenho uma estudante surda e gostaria de aprender mais para trabalhar com ela (Inscrita nº 4);

Os inscritos nº4 e nº10 vêm em busca de conhecimentos sobre como ensinar as crianças surdas. Quando se pensa em uma escola comum, é notório que a primeira questão que é levantada é que se trata de um espaço para acolher as crianças que são público-alvo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), ou seja, estudantes com

deficiência, altas habilidades e/ou superdotação e autistas. A escola comum é uma escola para todos, ou seja, é um espaço que abriga e acolhe toda a diversidade de indivíduos que compõe a nossa sociedade, e as crianças surdas fazem parte desse “todos”. Esse é o grande gargalo. A escola é pensada por e para ouvintes, a língua de instrução é a língua portuguesa, as avaliações, práticas e metodologias privilegiam a língua portuguesa em suas modalidades oral e escrita e, com isso, as barreiras e dificuldades para o processo de ensinar e de aprender para/do Surdo é crescente.

Ensinar as crianças surdas em uma escola comum é um grande desafio. É buscar compreender que, nesse espaço, há o uso de duas línguas que possuem *status* diferentes e possuem funções diferentes. Muitas vezes, a criança surda é a única em toda uma escola e isso a torna um sujeito em desvantagem. Como pensar em metodologias, práticas e avaliações para este aluno? Não seria possível uma metodologia de ensino que privilegiasse o todo? Afinal, a escola é para todos. Quais as dificuldades em se pensar práticas e avaliações em uma perspectiva que dê condições de igualdade para todos os discentes?

Por fim,

Apropriação de conceitos para repassar aos docentes do Campus onde leciono (Inscrito nº 2).

Esse inscrito busca compreender melhor todos os meandros possíveis da educação de/para Surdos para conseguir levar para a sua comunidade acadêmica o que de fato foi apresentado no curso e que ele pode aproveitar na sua realidade educacional.

As aulas

Com intuito de atender às demandas dos cursistas e as minhas em relação à formação docente, busquei estabelecer, sempre, uma relação dialógica entre teoria e prática, ou seja, entre aquilo que é produzido pela academia e o fazer docente. Propus, desde o primeiro encontro, pensar o curso em uma perspectiva da educação inclusiva, pois a realidade vivida por alguns e que será por outros é essa, a inclusão, por conta do município de Juiz de Fora ser fiel aos preceitos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), além de frisar que as discussões não se encerram com este curso. Assim nossas reflexões e proposições sempre tenderam ao processo de inclusão do Surdo em uma escola comum.

O curso, então, foi estruturado de forma a apresentar possibilidades de trabalho para/com alunos Surdos em toda a escolarização básica. Para otimizar as aulas o curso foi dividido em oito encontros presenciais distribuídos da seguinte forma:

- Aula 1 e 2: Educação Bilíngue e Educação Inclusiva;
- Aula 3 e 4: Saberes Escolares;
- Aula 5 e 6: Metodologias e Práticas
- Aula 7: Reflexões sobre Atuação no Espaço Escolar e
- Aula 8: Encerramento.

Nos dois primeiros encontros, apresentei uma breve discussão sobre o que é educação inclusiva e suas reverberações na educação da criança e do jovem surdo e o que seria a educação bilíngue de Surdos. Questões históricas e legais sobre a inclusão foram trazidas para o debate com a apresentação de alguns marcos legais, como os artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 que preveem a educação como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), além das questões sobre acesso e permanência na escola e sobre a liberdade de aprender e ensinar e do pluralismo de ideias e concepções (BRASIL, 1988). Além da Constituição Federal (CF), oportuneizei o acesso à Declaração de Salamanca de 1994, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e, neste momento, conversamos sobre a alteração da LDB (1996) com a Lei nº 14.191 de agosto de 2021 que trata da inclusão da Educação Bilíngue como modalidade de ensino. Um grande avanço para a educação de Surdos.

A Lei de Libras, Lei nº 10.436 de abril de 2002, foi outro ponto da aula e as discussões ficaram centradas em ser a Libras língua oficial ou não. Esta questão suscitou muitas dúvidas aos participantes, uma vez que vários deles “ouviram falar” que é, sim, oficial e outros não. Na verdade, é uma língua *reconhecida*⁵ como língua de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira e somente isso não a torna oficial. Além disso as questões dispostas no artigo 4, inciso I que trata da não substituição do Português escrito pela Libras também foi ponto de uma discussão acalorada. E chegamos à conclusão de que as línguas envolvidas neste processo educacional têm seu lugar, mas que há uma tensão nos espaços onde ambas circulam. Outros aparatos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015), a Resolução do CNE de 2001

⁵ Grifo do autor

(BRASIL, 2001) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) também foram pautas nestes dois primeiros encontros.

Sobre a educação inclusiva, ficou evidente que cada um deve ter sua singularidade linguística, étnica, religiosa, de gênero, etc. respeitada e valorizada, além de saber que cada aluno tem o direito de aprender e que esse aprender é singular e no tempo de cada indivíduo. A perspectiva inclusiva prega uma escola para todos, na qual as diferenças são agregadas e acolhidas, que a escola deve oferecer uma estrutura metodológica e didático-pedagógica para atender a essa diversidade, não se deve negar matrícula a nenhuma criança e pressupõe garantia de acesso, igualdade de oportunidade e permanência com qualidade.

Quando a pauta das discussões foi direcionada para a educação bilíngue de Surdos foi possível pensar em uma perspectiva da visualidade, ou seja, deste olhar construído pelas experiências sócio-históricas das crianças surdas. É um modelo educacional que tem por objetivo o uso da Libras como língua de instrução e o Português ensinado e usado em uma perspectiva de segunda língua em sua modalidade de leitura e escrita (MARTINS; XAVIER, 2017). Nesse momento, pude trabalhar pontos que articulavam os estudos das línguas de sinais e das lutas dos movimentos Surdos em prol de uma educação de qualidade.

Nos encontros seguintes (aulas 3, 4, 5 e 6), trabalhamos, especificamente, a Pedagogia Visual atrelada à prática, ou seja, utilizamos conceitos e exemplos práticos, os quais objetivaram instrumentalizar os cursistas sobre essa perspectiva de ensino de Surdos. Ponto interessante nessas aulas foi apresentar aos alunos outras pesquisas que usam a Pedagogia Visual como metodologia e concepção de ensino. Pavanati *et al* (2007) aponta em seu artigo “O caráter específico das imagens enquanto desafios de contextualização e utilização da visualidade no ensino, atenta-se para as práticas docentes e as condições de vida e de trabalho destes profissionais”. Outro texto presente foi o de Maciel (2016) que trata das imagens virtuais como elementos da prática pedagógica. Segundo a autora, na contemporaneidade, os usos das imagens ganharam destaque e, por meio de uma “pedagogia crítica”, busca compreender os processos educativos, destacando a imagem como “meio de acesso, produção e transmissão de conhecimento”.

Além desses dois textos que tratam da pedagogia visual em uma perspectiva diferente da que estamos acostumados a trabalhar na educação de

Surdos, foram citados textos de Loponte (2002) e Martins (2006) que abordam, respectivamente, pedagogia visual e feminismo e da cultura visual, ou seja, novas possibilidades de uso dos recursos imagéticos foram apresentados aos cursistas. Para inserir a pedagogia visual na educação de e para Surdos, iniciei com um artigo de Campello (2007) e Vieira e Molina (2018) e, posteriormente, as discussões foram trazendo outros autores para contribuir com a formação.

Pensar a Pedagogia Visual na educação de e para Surdos é buscar utilizar o máximo de elementos imagéticos possíveis e contextualizá-los ao cotidiano das crianças surdas para que o conhecimento possa ser significativo para ela. É importante destacar que, concomitantemente ao uso destes recursos, é imprescindível que o docente use a Libras como língua de instrução ou que haja um tradutor intérprete de Libras para que a aula seja acessível. O uso de imagens, vídeos, fotografias, maquetes, recorte de jornais, histórias em quadrinhos, charges dentre outros são recursos que podem facilitar a compreensão dos conteúdos escolares pelas crianças surdas.

A criança, provavelmente, chega à escola com um conhecimento de mundo precário devido à falta de acesso à informação, uma vez que grande parte das informações circulam por canais que privilegiam o canal auditivo e ela percebe e interage com o mundo por meio da visualidade. A escola e os profissionais envolvidos no processo precisam ter o cuidado de pensar estratégias que potencializem essa visualidade, maximizando o seu aprendizado.

Elementos imagéticos apresentados no início das aulas são importantes para que nós, docentes, possamos provocar debates a respeito do assunto e, ao mesmo tempo, avaliar os níveis linguísticos e de conhecimento acerca da temática, que os alunos surdos possuem. Dessa forma, o professor poderá pensar e planejar as próximas ações metodológicas a partir desse diagnóstico. Lacerda *et al* (2013) aponta os mapas conceituais “como uma ferramenta para organizar e representar conhecimento”. De acordo com as autoras, a teoria dos mapas conceituais foi desenvolvida por Joseph Novak, na década de 1970 e configura-se “como uma representação gráfica em duas dimensões de um conjunto de conceitos construídos de tal forma que as relações entre eles sejam evidentes” (LACERDA, 2013). Penso que os mapas conceituais podem ser usados tanto para apresentar um conteúdo ou uma temática nova quanto para finalizar a apresentação. Assim, os Surdos terão uma percepção ampliada do que será ou foi trabalhado pelo docente.

No sétimo encontro, buscamos conversar sobre os atores envolvidos na educação de Surdos. Desde o (a) zelador(a) da escola até a direção, passando pela docência, pelo tradutor intérprete de Libras, professor de apoio ou colaborativo, o(s) professor(es) Surdo(s) dentre outros. Quais funções exercem? Quais as características de suas funções? Como podem desenvolver ações inclusivas dentro de sua rotina diária de trabalho? Como podem contribuir para um processo educacional mais equânime? Essas foram algumas das questões que fizeram parte de nosso debate acerca dos profissionais que atravessam a educação de Surdos.

Após passar por alguns aspectos teórico-práticos da educação de e para Surdos, no último dia de curso, a questão a ser respondida foi: “Tenho um aluno Surdo, e agora?”. Interessante que, nesse momento, pudemos perceber quais as impressões que os discentes tiveram em relação aos conteúdos apresentados e o que de fato eles apreenderam. Foi um momento muito importante para nós, uma vez que, dentre todas as dificuldades encontradas nos percursos formativos de cada um dos cursistas e nossos também, o objetivo de contribuir para a formação inicial e/ou continuada daqueles que se propuseram a participar foi alcançada com êxito.

CONSIDERAÇÕES

Os meandros que envolvem o processo educacional das crianças surdas são bem mais complexos do que parecem. Há uma busca por uma formação que os currículos das licenciaturas não estão conseguindo suprir e, conseqüentemente, é criada uma lacuna que só os cursos de formação continuada (especializações, aperfeiçoamentos e extensão) são capazes de fornecer. É importante que, durante o processo de graduação, o futuro docente tenha contato com diferentes temáticas que compõem o xadrez escolar para que consiga, assim, minimizar as barreiras que os mesmos enfrentarão durante seus percursos formativos.

Quando ingressamos em uma escola comum, adentramos em um espaço onde temos contatos com línguas diferentes, com culturas diferentes, com experiências diferentes, com formas de ver, viver e interagir com o mundo diferentes. Um espaço cujas aprendizagens estão atreladas às questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Um espaço diverso, múltiplo, multifacetado, fragmentado, fronteiro, fluido e, muitas vezes, efêmero. Somos, para muitos, a

possibilidade de acesso, de qualidade e de permanência na escola. Somos exemplos e modelos. Somos sonhos e realidade. Somos o limite entre o querer e o poder.

Pensar, organizar e oferecer este curso de formação extensionista continuada foi uma possibilidade de contribuir para docentes e futuros docentes com um pouco do conhecimento e experiência que adquiri nestas quase duas décadas, atuando na educação de/para/com Surdos. Foi uma oportunidade de conhecer desejos, anseios, medos, preocupações e insegurança. Mas foi, também, uma oportunidade de compartilhar métodos, práticas, estratégias, sonhos, esperança e crença. Crença no trabalho e no estudo constante. Crença na capacidade de formar para transformar a realidade.

Conforme Martins e Xavier (2017, p. 149)

São muitas questões, muitas inquietações, diversas buscas. Pensar em uma educação equânime, com qualidade pressupõe mudança. Será mesmo que estamos prontos para tais mudanças? São mudanças ideológicas. Metodológicas. Pragmáticas. Conceituais. Legais. Será possível pensar em um outro modelo que realmente atenda e feche o grande canyon que existe entre o DIREITO do Surdo de aprender e o DEVER do Estado de prover essa educação qualitativa? Inquietações... Inquietações... Inquietações...

“Inquietações... Inquietações... Inquietações...” são elas que nos movem, interrogam-nos, colocam-nos em situações que nos tiram da zona de conforto. São elas que nos fazem ir além do óbvio, do fácil, do dado, do objetivo. A docência é isso. É inquietar--se, é chacoalhar-se, é desassossegar-se, é revolucionar-se. Durante pouco mais de 2 meses e 8 encontros foi possível ver, rever e refletir sobre nossa formação, prática e posturas frente aos desafios postos na educação de e para Surdos.

Mesmo passando 20 anos da aprovação da Lei de Libras, é necessário (re)pensar a formação docente e romper com algumas amarras que dificultam o desabrochar de uma educação de qualidade. As reflexões apresentadas aqui não se encerram nestas linhas, elas apenas nos provocam a agir em prol do outro.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional:** políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

_____. **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB,** 9394/1996.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

_____. Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – **Libras** e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm>.

_____. **Decreto nº 5.626,** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a **Lei nº 10.436,** de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da **Lei nº 10.098,** de 19 de dezembro de 2000

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Pedagogia Visual/Sinal na educação dos Surdos. In: QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis (org.) **Estudos Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias Metodológicas para o ensino de alunos Surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno Surdos, e agora?** Introdução à Libras e educação de Surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

LOPONTE, Luciana Grupelli, Sexualidades, arte e poder: pedagogias visuais do feminino. **Revista Estudos Feministas.** ano 10, jun, 2002.

MACIEL, Maria do Rosário Gomes Germano. Imagem virtual: uso na prática pedagógica. **RDIVE – Revista de Discurso e Imagem Virtual em Educação.** João Pessoa, v.1, n.1, p. 72-91, jan./jun., 2016.

MARTINS, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp; XAVIER, Ana Paula. A experiência de um curso de metodologia de ensino para alunos Surdos dos anos iniciais do ensino fundamental. In: _____. **Imersões Cotidianas na Educação Inclusiva:** múltiplos olhares, múltiplos saberes. Curitiba: Appris, 2017.

MARTINS, Raimundo. Porque e como falamos da cultura visual?
Visualidades, Goiânia, v. 4, n. 1/2, jan./dez. 2006. Disponível em:
<<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/17999/10727>>.

PAVANATI, Iandra; PEREIRA, Kariston; MEKSENAS, Paulo; MAIA, Luiz F. J.
Pedagogia Visual e Formação de Professores. **Revista Educação em Rede**. v.
2, n.1, dez. 2007.

VIEIRA, Cláudia Regina; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Práticas
Pedagógicas na educação de Surdos: o entrelaçamento das abordagens no
contexto escolar. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 44, 2018.